LV

ENGIE: INTERSUL DEBATE DEMANDAS DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS

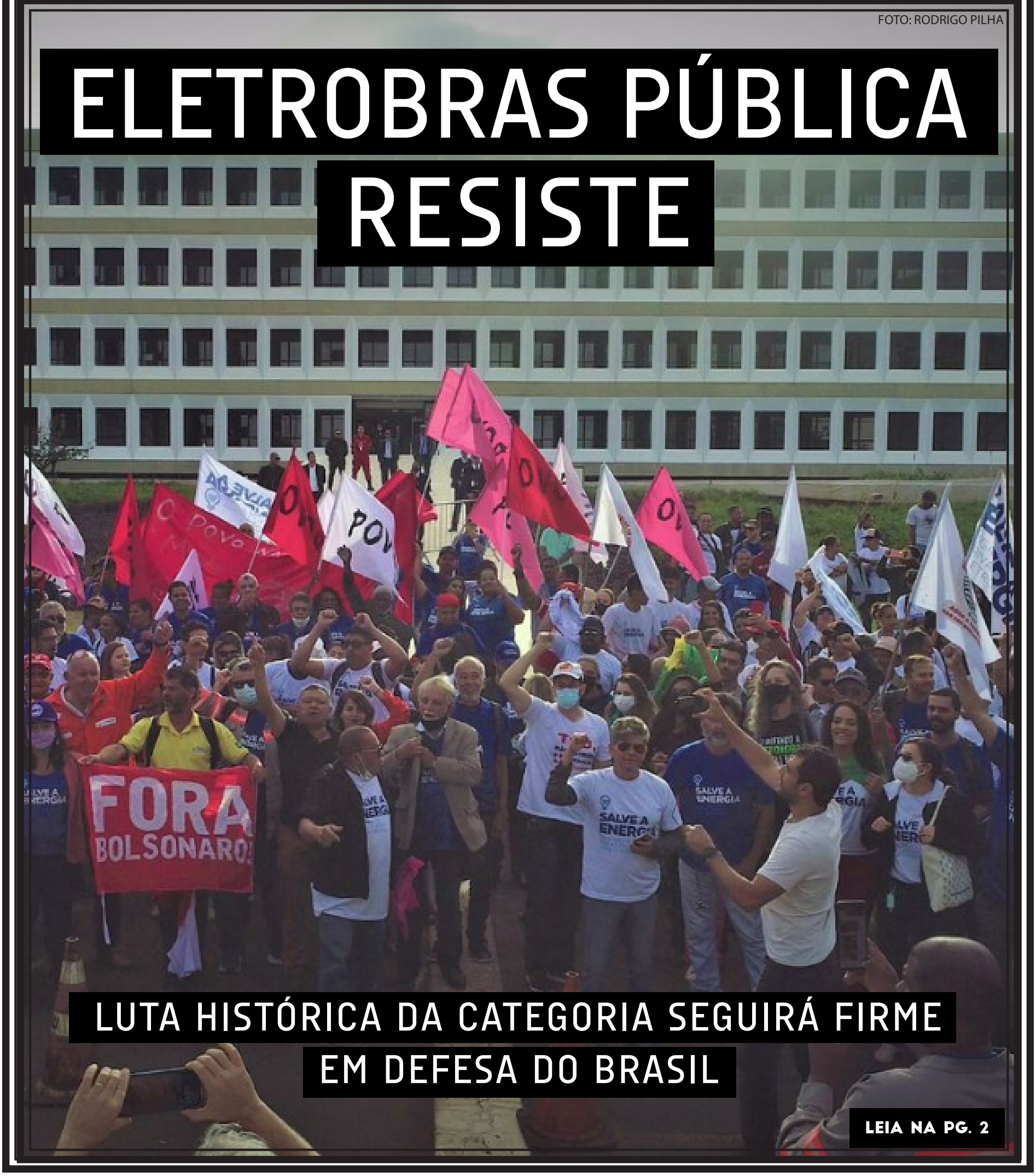
LEIA NA PG. 3

DESDE 1988 AO LADO DOS TRABALHADORES

INTERCEL | INTERSUL | JORNAL LINHA VIVA Nº 1537 - 23 DE JUNHO DE 2022

FOTO: RODRIGO PILHA

ELETROBRAS PÚBLICA RESISTE



LUTA HISTÓRICA DA CATEGORIA SEGUIRÁ FIRME EM DEFESA DO BRASIL

LEIA NA PG. 2

ELETROBRAS

LUTA HISTÓRICA EM DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL RESISTE

Sinergia organizou ato contra a privatização da Eletrobras no dia da capitalização da empresa na Bolsa de Valores

Protesto contra a privatização da Eletrobras na Sede da CGT Eletrosul em 14/06

Ato contou com a presença do ex-dirigente do Sinergia e ex-deputado federal, Mauro Passos (foto), e representantes do MAB, Sinte, Sintect, CUT, PCdoB, PSB e PT

Trabalhadores e lideranças de movimentos sociais estiveram reunidos no pátio da sede da empresa, em Florianópolis

"No novo tempo, apesar dos perigos/Da força mais bruta, da noite que assusta, estamos na luta/Pra sobreviver, pra sobreviver, pra sobreviver/Pra que nossa esperança seja mais que a vingança/Seja sempre um caminho que se deixa de herança." Os versos da música de Ivan Lins marcam a luta da categoria eletricitária que há 5 anos trava uma resistência heroica e histórica contra a privatização da Eletrobras.

Contra os interesses do Governo de plantão, contra os interesses do deus mercado, que atropelou tudo e todos para conseguir colocar as mãos numa fonte de lucros e dividendos garantidos. Que comprou barato e vai vender caro para que o povo pague essa conta todo mês.

A concretização da privatização da Eletrobras contou com o "apoio" das instituições brasileiras em todas as instâncias, que apontaram irregularidades, impropriedades, inconstitucionalidades, mas deixaram o processo seguir para atender aos interesses do capital financeiro internacional, que cederam à pressão. A nossa luta constante foi para além de desfraldar tantas irregularidades, mas também enfrentar a mão pesada dos que sobrepõem os interesses do povo aos interesses financeiros de uma minoria que representa o que há de mais retrógrado na elite brasileira.

Nós, eletricitários e eletricitárias, estivemos na cena, nas ruas, nas redes, nas tribunas para evitar que o Brasil caminhasse na contramão do mundo. Perdemos uma batalha crucial, mas não perdemos a guerra, ainda nos cabe socorrer o Brasil do que agora virá contra nós e contra o País!

A privatização da Eletrobras foi aprovada sem discussão com a sociedade, com compra de votos no Parlamento por trocas de recursos às regiões e em termelétricas, no auge do orçamento secreto, com pressão do mercado sobre as instituições que sucumbiram e deixaram o processo correr cheio de irregularidades, inconstitucionalidades, vazamento de informações como nunca visto na história, e, sem penalização dos responsáveis até aqui.

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) atuou em todas as instâncias, entrou com diversas ações visando suspender o processo (liminares, denúncias, mandados de segurança) que não foram julgados propositalmente, mas que servem para pavimentar o caminho de volta. Por isso, nós não vamos parar! Nada pode nos parar!

Neste momento, temos que manter a força, fé, foco, serenidade, pra sobreviver, pra sobreviver e pra sobreviver... para poder ganhar corações e mentes, aumentar a conscientização da sociedade da necessidade e importância de uma Eletrobras Pública, reestatizada. Precisamos eleger um projeto político que defenda que a Eletrobras Pública é a garantia do desenvolvimento do País.

Hoje temos muito orgulho da luta que construímos coletivamente! Esse legado não será perdido! Para nós, que sempre fomos aguerridos e resilientes, desistir nunca foi uma opção! Recolheremos os cacos de um dia difícil e iremos convictos para a nossa próxima trincheira que é eleger um novo governo e traçar o caminho da reestatização da Eletrobras por soberania nacional e energética, por modicidade tarifária, por universalização dos programas setoriais.

É hora também de agradecer a todos os trabalhadores, familiares, dirigentes que estiveram conosco até aqui. Agradecer também aos movimentos sociais, companheiros de outras estatais e institutos, aos aguerridos parlamentares, partidos de oposição, aos assessores parlamentares, a todas as nossas assessorias que mais que contratados, foram verdadeiros militantes. A todos e a todas que estiveram conosco até aqui, o nosso muito, muito obrigado! Tudo valeu a pena!

Agora renovemos juntos novamente nossas esperanças, nossos sonhos, nossas expectativas de dias melhores, com garra nos olhos e sorriso nos lábios de quem sempre soube estar do lado certo da história! Lutamos a boa luta e estamos de pé!

Temos muitos desafios pela frente e agora mais do que nunca, ninguém solta a mão de ninguém! Juntos somos uma fortaleza inabalável! Vamos seguir firmes e obstinados porque tem luta! Eletrobras Pública, Brasil Soberano! Reestatiza Já!

ATO NA SEDE DA CGT ELETROSUL

No dia 14 de junho, dia da capitalização da Eletrobras na Bolsa de Valores, o Sinergia promoveu um ato na sede da CGT Eletrosul. O protesto denunciava mais uma vez todas as manobras políticas e jurídicas para concluir o processo irregular de privatização da empresa. Participaram, além dos trabalhadores e dirigentes do Sinergia, companheiros do Sinte (professores), Sintect (profissionais dos Correios e Telégrafos), CUT, MAB, além de representações dos partidos PT, PSB e PCdoB de Florianópolis.

CELESC

SINDICATOS DA INTERCEL FAZEM PERCORRIDA NA BASE PARA ENTREGAR PRÉ-PAUTA DO ACT 2022/23 E INFORMAR A CATEGORIA SOBRE PLANO DE SAÚDE

Empresa deu por encerradas as negociações na terça-feira, dia 14/06

Os sindicatos da Intercel estão percorrendo nesta semana os postos de trabalho na Celesc para entregar à categoria o livreto da pré-pauta do ACT 2022/23. Na pré-pauta, já constam as datas das Assembleias Regionais (04 a 07 de julho) e da Assembleia Estadual, que acontecerá em 06 de agosto, em Jaraguá do Sul. É importante a participação de toda a categoria nas duas Assembleias. Para a Assembleia Estadual, os sindicatos disponibilizarão ônibus para facilitar o deslocamento dos trabalhadores.

Também na percorrida desta semana, a Intercel está atualizando os trabalhadores sobre as negociações do Plano de Saúde. Conforme divulgado para a categoria no Boletim da Intercel n° 179, no último domingo, os sindicatos apresentaram aos representantes da diretoria da empresa um parecer jurídico que indica não ser possível as entidades sindicais negociarem e abrirem mão de um direito que consta no contrato de trabalho das pessoas admitidas até abril de 2013. A empresa, demonstrando ignorar o fato, e sem dar uma resposta concreta a este questionamento, exige que as assembleias sejam feitas com a proposta dessa forma. De maneira intransigente, só aceita negociar se tal fato for ignorado pelos sindicatos, o que demonstra que a preocupação da empresa nunca foi com a saúde dos trabalhadores, mas somente em reduzir o passivo atuarial.

A resposta da categoria à intransigência da Celesc precisa ser de união e disposição pela luta. Mais de 600 trabalhadores não têm hoje o plano de saúde. É preciso que todos estejam engajados nessa conquista. A empresa, mais uma vez, parece querer fazer a disputa e apostar na desunião, jogando novos trabalhadores contra aqueles que têm mais experiência e aposentados. A resposta que precisa ficar clara é que a categoria não aceita divisões e que todos estarão unidos em mais esta luta.

ENGIE

INTERSUL DEBATE DEMANDAS DA CATEGORIA COM REPRESENTANTES DA ENGIE

Reunião entre sindicatos e empresa aconteceu em 6 de junho

No dia 6 de junho representantes dos sindicatos da Intersul debateram com representantes da direção da Engie sobre demandas trazidas pelos empregados nas assembleias de pauta do ACT 2022. As demandas debatidas foram respondidas através de correspondência encaminhada aos sindicatos.

Dentre os pontos debatidos, destaques para os seguintes itens:

-Despesas com Km Rodado e Diárias de Alimentação: com o último reajuste aplicado em março de 2016, estes dois itens somam seis anos sem atualização. O principal custo na planilha de Km Rodado é o combustível, que neste período sofreu aumento superior a 100%. Por outro lado, o Vale Alimentação foi reajustado em 40%. A empresa informou que está aplicando a média do mercado, mas que após ouvir os argumentos das entidades sindicais, irá reavaliar.

-Reajuste das Tabelas do Plano Odontológico: o atendimento odontológico via Plano de Saúde enfrenta uma verdadeira crise, uma vez que boa parte dos profissionais conveniados estão restringindo o atendimento pelo Plano de Saúde aos procedimentos mais simples e exigindo pagamento particular nos mais complexos e de valores mais elevados, o que onera os empregados que por vezes obtêm reembolso de apenas 20% ou 30% das despesas. A Engie informou que, recentemente, a Tabela Odontológica teve um reajuste de 10,06% (em abril/22) e que espera que com esse reajuste normalize o atendimento.

-Alimentação Durante Jornada Extraordinária: Com relação ao fornecimento de Alimentação Durante a Jornada Extraordinária, que sempre foi uma prática da empresa e hoje tem sido negada em algumas áreas, a empresa informou que o assunto está aguardando decisão da Diretoria para padronização de procedimentos. A Intersul espera que a padronização não seja pela pior prática.

NOTAS CURTAS

- Na reunião entre Intercel e representantes da Diretoria da Celesc, na terça-feira, dia 14, as entidades sindicais entregaram ao diretor Pablo Cupani o pedido para que a Diretoria da empresa inicie imediatamente as negociações sobre a PLR 2022 (foto ao lado). Até o fim desta edição, os sindicatos ainda aguardavam o retorno da empresa.

- Na segunda-feira, dia 20, foi empossada a nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal do Sintresc, eleita no pleito que aconteceu entre 11 e 14 de abril. O Sintresc é o sindicato que representa eletricitárias e eletricitários no Sul do estado. O mandato da nova Diretoria é para o período de 2022 até 2025.

- Em junho o Sinergia passou a representar trabalhadores de mais uma empresa: AXS Energia, que tem cerca de 60 trabalhadores, com sede em Florianópolis. As negociações e assembleias do Acordo Coletivo dos Trabalhadores aconteceram no mês de maio e a assinatura da pauta ocorreu na primeira semana de junho. Com a AXS, o Sinergia passa a representar agora empregados de 13 empresas do ramo de energia elétrica.

- Apesar das cobranças do Sinergia, até o fechamento desta edição ainda não havia sido marcada pela empresa nova rodada de negociação do ACT dos trabalhadores da CEREJ.

TRIBUNA LIVRE

PRECONCEITOS: O CAPACITISMO

Por Simone Consuelo Régis, trabalhadora da Celesc e Representante Sindical de Base do Sinergia

Nestes tempos de pandemia e isolamento, muito se falou em humanização das relações. Baseada no que vivi em meu trajeto profissional, posso afirmar que tal necessidade é urgente, no mundo do trabalho, no que diz respeito à inclusão efetiva de pessoas com deficiência nesse ambiente.

Faz mais de 30 anos que, no art. 93 da lei 8.213/91, é assegurado à pessoa com deficiência o direito a cotas para vagas de emprego. Mais recentemente, a Convenção da ONU Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência alterou de forma significativa o conceito de Pessoa com Deficiência declarando que "(...) a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atividades e o ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades (...)". O objetivo daquela Convenção, segundo o próprio documento emitido, foi o de "(...) promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente". Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Convém ainda destacar que a declaração da ONU foi aprovada pelo Brasil por intermédio do Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008, nos termos do §3º do art. 5º da Constituição Federal "(...) e, portanto, com equivalência de emenda constitucional", ratificada em 1º de agosto de 2008 e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Contudo, é aterrorizante perceber que nem todo esse amparo legal é suficiente para aplacar o CAPACITISMO. Mas, o que é o CAPACITISMO? Esse é o nome dado ao preconceito direcionado às pessoas com deficiência. "(...) é a ideia de que pessoas com deficiência são inferiores àquelas sem deficiência, tratadas como anormais, incapazes em comparação com um referencial definido como perfeito" (PATRÓN, Lau).

Talvez esse preconceito tenha sido oficialmente batizado "recentemente", porém a ideia de utilidade prática de um indivíduo para a sociedade na qual está inserido remonta a civilizações antigas, nas quais crianças nascidas com deficiência eram assassinadas pela própria família ou deixadas em lugares ermos para morrer, visto que a "capacidade" individual de sobrevivência era crucial naquele tipo de organização social e com os recursos disponíveis até então.

Fato inegável é que o modo de vida e os recursos tecnológicos disponíveis à humanidade mudaram mas o preconceito com pessoas com deficiência não. Hoje o que ameaça o bem estar desse grupo de pessoas já não é mais a vida selvagem e uma ideia primitiva de sobrevivência, mas sim a ignorância humana.

Em declaração dada à CNN Brasil, o auditor-fiscal do Trabalho, Rafael Giguer (deficiente visual) afirmou que "(...) sem a lei, não há trabalho para deficientes no Brasil" e que "(...) [as empresas] chegam com a desculpa debaixo do braço (...) de que não conseguem trabalhar. (...)".

Se outrora a capacidade para guerrear e caçar eram imprescindíveis à sobrevivência, hoje essa necessidade transferiu-se para a inserção no mercado de trabalho. O que faremos então com os quase 24% da população brasileira que, segundo o IBGE, possuem algum tipo de deficiência? Matá-las?

Acredito (e assim espero, visto que sou baixa visão) que não seja essa a solução esperada pelos outros 76% da população! É preciso, em primeiro lugar, perceber que nenhum ser humano é igual ao outro nem possui as mesmas capacidades, independente de se tratar de uma pessoa com deficiência ou não. Logo, o conjunto de resultados entregues como fruto da atividade laborativa será impreterivelmente diferente entre si e imensurável quantitativamente. Cabe aos gestores administrar da melhor forma possível o rico e diverso material humano que tem em suas mãos, a fim de obter o melhor resultado possível. Destacando-se que é humano (dentro do conceito moderno de humanidade e levando-se em conta todos os recursos disponíveis na vida moderna) que todos possam usufruir do resultado final de tal esforço conjunto.

LV

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina - INTERCEL e da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil - INTERSUL
Jornalista responsável: Leonardo Contin da Costa (MTE 6550/SC)
Conselho Editorial: Caroline Camargo Borba

Rua Larcerda Coutinho, 149, Florianópolis, SC | CEP 88015-030
E-mail: sinergiajornal@gmail.com
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

FOTO: REUTERS/HENRY NICHOLLS

DEPOIS DE ASSANGE, A PRÓXIMA VÍTIMA PODE SER VOCÊ

Por Paulo Moreira Leite, colunista do site Brasil 27, ocupou postos executivos na Veja e na Época, e foi correspondente na França e nos EUA

Não é difícil compreender o que está em jogo na perseguição inclemente do governo dos Estados Unidos a Julian Assange, que já completa mais de dez anos, numa ação de Estado, que une republicanos e democratas num mesmo processo.

"Que crime Assange cometeu?", perguntou Luiz Inácio Lula da Silva, semana passada, durante um evento em Maceió. Lula prosseguiu: "É o crime de falar a verdade, mostrar que os Estados Unidos, estavam grampeando muitos países do mundo, inclusive grampeando a presidente Dilma Rousseff".

A reação de Lula está em linha entidades democráticas do planeta, a começar pela Anistia Internacional, celebrada há décadas pe. "Permitir que Assangue seja extraditado para os EUA o colocaria em grande risco, numa mensagem assustadora para jornalistas de todo mundo", denunciou a entidade. Fundador do Wikileaks, Julian Assange utilizou as modernas tecnologias de informação para desvendar bastidores jamais investigados do império norte-americano, que puderam ser retratados em sua intimidade e crueza, inclusive momentos de crime e horror. Divulgou informações chocantes, diálogos vergonhosos e mesmo cenas repulsivas de tortura de prisioneiros sempre apoiado em documentos -- vídeos, fotos, gravações -- cuja autenticidade jamais seria negada. Num cotidiano onde jornalistas do mundo inteiro costumam ser processados e condenados pela divulgação de notícias falsas, ou relatos que não podem ser sustentados em provas, a situação aqui é outra. Assange é processado em função de informações verdadeiras e comprovadas. A tentativa é condená-lo por divulgar a verdade. A cada passo destinado a conduzir Assange aos Estados Unidos, onde o aguarda um julgamento em corte militar, o direito de cada um de nós ter conhecimento real a respeito de verdades ocultas sobre as forças que governam o planeta fica diminuído e até ameaçado. Não se trata de um caso individual.

Em 1971, quando o New York Times divulgou documentos ultra-secretos sobre a atuação do governo Richard Nixon na guerra do Vietnã, o caso virou um escândalo universal mas foi tratado na esfera adequada, como liberdade de expressão. Responsável pelo vazamento, o analista militar Daniel Ellsberg foi julgado pela Suprema Corte, onde enfrentou uma acusação que pretendia condená-lo a 115 anos.

Apoiado pela juventude que fora as ruas lutar contra a guerra, Ellsberg assumiu suas responsabilidades pela divulgação dos papéis, alegando que, "como cidadão americano, não poderia manter essas informações escondidas do público". Acabou absolvido.

Meio século depois, o debate mudou de lugar -- e de sentido, obviamente. Num tratamento diferente daquele recebido por Daniel Ellsberg, o civil australiano Julian Assange será julgado por denuncias que envolvem a invasão do Iraque -- mas num tribunal militar, onde vigoram outras regras, outra disciplina e, acima de tudo, outros princípios.

Para a humanidade, a questão é a mesma - liberdade de expressão - mas o cenário é outro. O horizonte também. A militarização do debate sobre a liberdade de imprensa não é uma iniciativa inocente. O custo é pago pela democracia, isto é, por todos nós.

Alguma dúvida?

(Cabe observar que o Brasil de Bolsonaro já possui -- todas as diferenças guardadas -- um caso semelhante. A anulação dos julgamentos da Lava Jato, que trouxe Lula de volta à vida pública e à campanha presidencial, só foi possível graças a Operação Spoofing, alimentada pelos diálogos entre figurões da Lava Jato. As conversas foram grampeados pelo hacker Walter Delgatti Neto, fonte das denúncias do Intercept, que se tornaram manchete mundial. Delgatti foi investigado por várias acusações, inclusive de "organização criminosa". Nada se provou que contra ele mas segue tratado como se tivesse feito alguma coisa errada).

PUBLICADO ORIGINALMENTE EM: HTTPS://WWW.BRASIL247.COM/BLOG/DEPOIS-DE-ASSANGE-A-PROXIMA-VITIMA-PODE-SER-VOCE